

LILIANA VENGEU PORTUGAL, O PAÍS DO MEDO



NUNO FERREIRA SANTOS

*Os efeitos de uma crise que não passa multiplicaram a paleta dos temores. Alguns portugueses vivem o presente com desconforto e vêem o futuro com desesperança. São receosos na defesa dos seus direitos de consumidores e ignorantes sobre os perigos financeiros que os seus investimentos comportam. Crédulos, assumiram responsabilidades alheias, as de terem vivido acima das suas possibilidades. Não contestam, apesar de vítimas. Estão em risco de existir, de serem cidadãos. “Não vejo este país com bons olhos”, admite uma jovem de 28 anos que resiste à paralisia. **NUNO RIBEIRO***

identificação é fácil, Liliana Pereira não vem só. Traz o Duarte. A um mês do parto, aconchega com as mãos o filho na barriga. Quem com ela se cruza no mega centro comercial da Margem Sul não fica insensível à imagem de felicidade. Ao sorriso e aos olhos de mar azul que lhe iluminam o rosto e lhe dão serenidade. Mas desconhece que Liliana teve de optar entre o emprego e a maternidade. Por estar grávida, não lhe renovaram o contrato na empresa onde trabalhava há dois anos e meio. Perdeu o emprego, mas denuncia a pressão: sabe que pode haver represálias, mas não se conforma ao silêncio. Confia na sentença do tribunal que avaliará a actuação de uma empresa “pouco amiga” das grávidas. Com 28 anos, venceu o medo no país onde ele se insinua como conselho de recato e vigora como prática.

“Dou o nome e a cara porque não tenho de ter vergonha, eles é que deviam ter.” Eles é a empresa do sector hoteleiro onde trabalhava. Quando engravidou, Liliana pesava 45 quilos e na sua baixa estatura cedo se notou: “Era impossível disfarçar a gravidez, via-se logo.” Surgiram os primeiros reparos da entidade patronal: “Os chefes diziam que estava a ir muitas vezes à casa de banho.”

Foi o primeiro sobressalto: “Quando soube que estava grávida, apeteceu-me gritá-lo ao mundo.” O marido ficou a saber pela caixinha que lhe ofereceu com sapatinhos de bebé. E com uma frase: “Dentro de mim batem agora dois corações por ti.” Tudo era harmonia e felicidade para o jovem casal.

Prometeram-lhe a renovação do contrato de seis meses no regresso das férias e, antes de voltar, às 13 semanas, quando a gravidez é considerada evolutiva, informou a empresa do seu estado. “Não tive resposta. Quando cheguei ao trabalho, já estava uma pessoa em formação no meu posto.”

A questão está em tribunal. O advogado não vai reclamar pela gravidez, mas porque, como a lei não permite, Liliana Pereira foi despedida e imediatamente substituída no seu posto de trabalho.

“O próximo medo que tenho é o de não vir a conseguir emprego por ter uma criança pequena”, anuncia. Não é atreita a receios infundados, mas há nuvens no horizonte feitas da experiência de outros. De casos que ficaram no anonimato, na perversa discricção de relações laborais cada vez mais desequilibradas. “Tive uma colega que, para renovar o contrato, teve de abdicar do direito das horas para amamentação. Ela cedeu à chantagem pelo medo de não encontrar trabalho. Renovaram-lhe o contrato sem as horas para o bebé”, relata.

A inquietação é sinónimo de desesperança. “O nosso medo está a juntar-se à ansiedade de um presente que não tem futuro”, anota José Gil. O filósofo e professor universitário que, em 2004 contra a corrente da moda e a euforia do dinheiro pós-euro, escreveu *Portugal Hoje: O Medo de Existir*, não está optimista. “O que eu não escrevi no livro, e que hoje me parece certo, é que os medos actuais – do futuro, de perder o emprego – se articulam no medo mais profundo de que então falava, o medo de existir, de não se afirmar”, assinala. E a afirmação de Liliana é poder ser mãe.

“Vivemos sempre na crença, na espera de que surjam melhoras, agora temos a crença apreensiva de que tudo vai piorar ou estagnar.” Esta crença apreensiva é o receio do próximo medo que atormenta Liliana: o de não poder conciliar um trabalho com a maternidade.

“Surgiu o medo de falar, de denunciar situações, de falar das relações das pessoas com o emprego. As pessoas sujeitam-se a tudo e

têm a consciência de estar a ser exploradas”, corrobora Fernando Sampaio, capelão do Hospital de Santa Maria: “Isto já se notava em 2008/2009, mas acentuou-se. É um sentimento que acolhemos com dor. Em confissão, as pessoas queixam-se das sacanices para preservar o trabalho. Porque sentem que, se agirem de outra forma, o podem perder.”

Abre-se uma caixa de Pandora e os sentimentos saem em cascata. “Perder o trabalho gera outros medos, o medo de perder a autonomia, a casa, o medo de não poder manter a família com dignidade, o medo de perder a saúde”, destaca o sacerdote: “As pessoas para além da meia-idade têm um medo tremendo do futuro, da manutenção das suas reformas, do futuro dos filhos, dos netos.”

Na Cáritas, existe a mesma convicção, fruto da soma da crise à diminuição dos apoios sociais. “O medo está associado à incerteza sobre os projectos de vida, a crise está a demorar muito tempo a ser ultrapassada sem a tal luz ao fundo do túnel”, constata o presidente, Eugénio Fonseca: “Aliás, actualmente, mais de metade dos desempregados não recebem subsídio de desemprego.”

A realidade tem um efeito dominó: “Há o medo de quem tem trabalho e teme perdê-lo, dos que já o perderam e recebem não voltar a trabalhar, pois de início pensavam que a sua condição de desempregado era uma situação temporária.”

A experiência leva a detectar outros medos. “Têm o medo de se expor”, continua o presidente da Cáritas: “Não deixou de existir o pudor, mas na luta pela sobrevivência gritam mais alto a fome e as depressões.” Depois, há o receio de não ultrapassarem o problema. “Vêm com o medo de não encontrar repostas, a desconfiança de não encontrarem a solução de que necessitam”, relata Eugénio Fonseca: “Não podemos dar uma resposta total, às vezes aparecem com dívidas de um tal valor, de 15 mil euros, que uma instituição que vive da generosidade não tem capacidade de enfrentar. Podemos ajudar, atenuar, mas não resolver.” Foi a partir de 2010 que a situação se degradou. Hoje, só 45% dos pedidos de ajuda para endividamento são satisfeitos. Na maioria, são apoios ao pagamento de rendas de casas. Já as ajudas a propinas escolares passaram de cinco, em 2011, a 26 no ano passado.

Por fim, o último degrau desta espiral. O medo de não conseguir: “Agora, na Cáritas, ajudamos as pessoas a criar o seu posto de trabalho, através do financiamento do Fundo Social Solidário da Conferência Episcopal Portuguesa, o que leva ao medo do insucesso, de novos problemas, de falir, o medo do endividamento.”

Jorge Morgado, secretário-geral da Deco – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, conhece outros medos. “Ainda há pessoas que têm medo de reclamar, temendo represálias, o que acontece de forma mais nítida com a saúde, os lares da terceira idade ou a qualidade do ensino, razão pela qual preferem não se identificar como reclamantes”, diz. “Os estratos sociais menos favoráveis à reclamação são os menos instruídos e as pessoas com mais de 60 anos.”

Na Deco, crescem as taxas de reclamação: de cerca de 366 mil, em 2011, para mais de meio milhão no ano passado. No entanto, também aumentam os casos de quem opta pelo anonimato da denúncia. “Há o medo de que a sua situação pessoal seja conhecida quando caíram num logro, numa vigarice, não por temerem uma represália mas por pudor, o de manchar a sua imagem”, relata Morgado.

“Há algum medo do desconhecido, da inováção, da mudança de hábitos de consumo, as pessoas são conservadoras em relação a deter-

“

**Tive uma colega que, para renovar o contrato, teve de abdicar do direito das horas para amamentação. Ela cedeu à chantagem pelo medo de não encontrar trabalho. Renovaram-lhe o contrato sem as horas para o bebé”
Liliana**

minados consumos e a fornecedores, preferem a reparação mesmo quando a substituição do ponto de vista económico e de gestão era aconselhável”, exemplifica o secretário-geral.

A crise económica introduziu um novo factor, mais dramático: a luta pela sobrevivência. O que consolidou medos e gerou outros. “Há pessoas que vivem uma situação de pânico em relação ao futuro, não há luz ao fundo do túnel, há a consciência de que não é uma situação temporária”, assinala o dirigente da Deco: “É o medo pela sua vida e a dos filhos, o medo de não terem dinheiro para comer e dar de comer ou para pagar a casa.”

Os processos de sobreendividamento tramitados pela associação são uma das radiografias destes tempos difíceis. De 152 no início deste século, há 14 anos, passaram a 1552 até 30 de Junho último. Com picos que permitem situar no tempo a dureza das dificuldades: em 2008 foram mais de dois mil, mas no ano passado foram 4034. À cabeça das causas, está o desemprego e a deterioração das condições laborais. Ou seja, a diminuição dos rendimentos.

E surge um novo medo: “Que os outros saibam, como ocorre nas classes médias, que foram os que mais possibilidades tiveram de se endividar. Na grande Lisboa e no grande Porto, há milhares de pessoas que não têm fornecimento de gás, água e electricidade. As empresas concessionárias têm os números mas não os divulgam.”

Tantos medos desaguardam nos consultórios. “O medo chega-nos em situações clínicas quando é permanente, cresceu o medo do futuro porque a queda das economias provocou insegurança, não só aos que sofreram directamente na pele, mas aos que sofrem por antecipação o que pode vir a acontecer”, constata Telmo Mourinho Baptista, bastonário da Ordem dos Psicólogos.

“Um das primeiras respostas ao medo é a fuga, a própria admissão do medo em homens é mais difícil porque foram educados para não ter medo”, relata o especialista. Mourinho Baptista destaca que não há um retrato-robô de quem sofre: “São as pessoas mais vulneráveis em função da sua história. Mais do que a idade, é na história de cada qual que um elemento social potencia a ameaça.”

Francisco Garcia dos Santos, presidente da Associação Portuguesa de Corretores e economista comportamental, refere um estudo, em curso, em Portugal, Espanha, Alemanha e Bélgica liderado pela York University do Canadá sobre os factores situacionais da crise. “Revela que a crise não tem uma relação directa com a saúde mental, mas há a percepção de que a crise financeira é uma ameaça que acaba por se reflectir na saúde psicológica”, afirma. Numa paleta de consequências: da exaustão emocional à depressão e ansiedade.

“A ameaça é influenciada pela crise, mas também pelos traços da personalidade – auto-estima, auto-eficácia e preocupação. Quem demonstrar ter mais capacidade de auto-eficácia sente-se menos ameaçado. O que tem que ver com o nível de competências, quanto mais competências tiver, menos se sente ameaçado”, destaca Garcia dos Santos.

Naquele estudo é confirmado um dado adquirido: que portugueses e espanhóis se sentem mais ameaçados do que alemães ou belgas. “A diferença detecta-se no número de pessoas que se sentem ameaçadas, não é o ambiente de contexto de macroeconomia que marca, mas a situação a nível individual”, assinala. No entanto, reconhece uma especificidade: “O contexto em Portugal é mais depressivo, embora, por si só, não seja determinante.”

Como se propiciou a depressão nacional ao ponto de ela ser específica? O filósofo José Gil fala de razões históricas: “Há um plano vertical

que nos dá a força de viver, de existir, que tem que ver com a honra, com os antepassados.” Em contraponto, “o povo português é triste, não exterioriza as forças da vida que tem, o que se agravou muito”.

Renato Miguel do Carmo, do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, tem claro o filme deste agravamento. “Em 2010, nas entrevistas com os jovens trabalhadores precários, apareceu com muita força o medo do futuro, a possibilidade de prever o futuro.” Sublinha: “Era a ideia de que o futuro se fecha, esta dificuldade de projecção tem como sentimento associado o receio e o medo, o que está relacionado com o isolamento e o desemprego.”

A este fotograma sucede-se outro: “A ideia de que o futuro se fecha é dramática para jovens e não só. Com a crise, a incerteza passou a ser transversal, apareceu nos mais idosos pela redução dos rendimentos. Para eles, o que está em causa é a família-providência.”

Esta é também a experiência do capelão Fernando Sampaio. “Os mais velhos têm o receio de perder os valores sociais, culturais e morais numa cultura em que as pessoas pouco contam”, explica o sacerdote. “Há degradação nas relações pessoais e familiares, há queixas de maior agressividade, de abandono pelos familiares, como detectamos muito nos hospitais com os idosos.”

São exemplos extremos de uma realidade contraditória. “Vivemos em sociedades sós e menos solidárias, apesar de haver apetência para a solidariedade quando é mediatizada. É uma solidariedade que reage a estímulos, não é uma prática social genuína”, sintetiza Fernando Sampaio.

A mancha de azeite do medo alastrou com a sua exploração pela política. “O medo está muito ligado ao contrato político”, refere o sociólogo António Casimiro Ferreira, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: “Uma coisa é a política governar e regular o medo, o que é normal. O que é amoral e perverso é governar através do medo, é uma forma perversa de intervir na sociedade pondo em causa os consensos e a legitimidade.”

Casimiro Ferreira destaca que, desde 2008, “o medo se tornou uma forma regular de fazer política”. O que, sublinha, é contrário ao princípio da democracia: “O medo tem por justificação a excepcionalidade da situação e a transitoriedade é a forma de vender essa excepção.” É assim que os cortes de rendimentos são apresentados como transitórios e que a austeridade é sempre anunciada a prazo.

“A sociedade em que os portugueses vivem, tal como as dos outros países sob resgate ou com políticas de austeridade, corresponde a uma degradação do que existia, há uma força não eleita que determina a forma de vida, em Portugal foi o memorando da *troika*”, assinala o sociólogo. Trata-se, para o professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de um novo poder. De facto e não eleito.

“O advento destes poderes ligados à crise e à austeridade prefigura uma sociedade em que as pessoas valem cada vez menos, é uma perversidade do regime democrático, pois a democracia é um processo permanente, não um fim”, refere. Diferente é a visão de Mourinho Baptista. “Não estamos na antecâmara de um regime autoritário. O discurso da inevitabilidade é para que seja aceite que só existe uma solução para os problemas. É manipulação. É a escolha que torna o indivíduo agente da própria mudança, torna-o partícipe, enquan-



“

O advento destes poderes ligados à crise e à austeridade prefigura uma sociedade em que as pessoas valem cada vez menos, é uma perversidade do regime democrático”

António Casimiro Ferreira, sociólogo

to o medo provoca a paralisação”, contrapõe o psicólogo.

O discurso político dos últimos anos colou-se a um *mea culpa*, a assunção de uma falta grave que levou o país à austeridade com o seu cortejo de consequências. “A frase ‘vivemos acima das nossas possibilidades’ é elucidativa, é um plural colectivo do que irracionalmente fizemos. É uma manipulação do poder político dizer que todos somos igualmente responsáveis, quando não o somos”, exemplifica António Casimiro Ferreira. Para o capelão do Hospital de Santa Maria, “é projectar para o povo a culpa de algo que foi impingido pelo poder”.

José Pacheco Pereira inscreve a frase “viver acima das possibilidades” numa cruzada ideológica: “Foi desenvolvida uma guerra moral e social, a dicotomia entre velhos e novos, desempregados e empregados, função pública e trabalhadores privados, que resulta numa enorme dificuldade em encontrar mecanismos de cidadania.” O que leva à desesperança. “Para a maioria das pessoas, o futuro é pior, as dificuldades estão para a frente”, refere o historiador.

“O medo é também uma forma de controlo, muitas vezes serve para diminuir as pessoas, condicioná-las”, alerta o bastonário da Ordem dos Psicólogos: “Às vezes, as sociedades políticas utilizam o medo como forma de condicionamento. Nas ditaduras é evidente, mas nas democracias a comunicação social cria a atmosfera, a voracidade comunicacional favorece que a mancha do medo alastre.”

Seja como for, o medo instalou-se. “Em certas situações, é um estado de alma quase definitivo para algumas pessoas”, constata o secretário-geral da Deco: “Não estou a fazer a

apologia do negativismo, as pessoas já estão resignadas a viver com o medo, a conviver com ele.” Apesar de, como sublinha, “em muitos casos estes medos serem infundados, pois a reclamação é um direito legítimo”. Então, o que leva ao temor? “É uma disfunção social numa sociedade de consumidores. É um efeito da repressão do regime anterior que deixou rasto, uma ditadura de 48 anos deixa marcas para além da sua vigência.” Apesar de 40 anos de democracia e de afirmação de cidadania.

A falta de contestação parece confirmar a opinião de Jorge Morgado. “Existe uma transferência de poder contrária às formas de exercício democrático, à forma como as pessoas organizam o seu futuro, é por isso que, apesar do desemprego, há pouca contestação”, refere o sociólogo António Casimiro Ferreira.

“É como se tivesse havido um tremor de terra, de um momento para o outro, tudo desabou, a perda do emprego, de parte do salário, das pensões. Aos que já estavam no fio da navalha fugiu-lhes o chão sob os pés”, diz Pacheco Pereira: “Foi tudo muito rápido, uma martelada muito forte, o que gera apatia, o presente é mau e o futuro gera receio.”

Até porque, para o historiador, “os pensamentos utópicos desapareceram em consequência das experiências políticas do século XX e deixou de haver a ideia de que a história tem futuro”. Pelo que, “haver gente zangada não significa revolta, o que existe é anemia, impotência, medo de agir”.

José Gil interroga: “Até quando os portugueses vão aguentar? Há um défice cada vez maior na prática democrática.” O filósofo admite dois cenários opostos: “Havia a impressão de que



isto poderia levar a uma revolta, a um tumulto, mas isso foi engolido pela emigração; isto vai tão mal que se começa a criar um clima propício a forças de direita populista, por contágio do que se está a passar na Europa.” E lamenta: “O nosso espaço público é fechado, nem na comunicação social se pode dizer tudo. Há um hermetismo, tem-se medo mas já não se sabe de quê.”

Também o sociólogo Renato Miguel do Carmo admite o aparecimento de movimentos populistas: “Não vemos contestação na sociedade civil, há descrença face à capacidade de mobilização colectiva, estamos num marasmo político.” O investigador do ISCTE reconhece que o desempregado tem um problema de isolamento social e os partidos têm dificuldade em mobilizar o descontentamento: “O espaço mediático é estratificado e é muito difícil lá entrar.”

Também o *modus operandi* democrático não ajuda. “A promiscuidade entre os sectores público e privado, entre poder financeiro e poder político, a incapacidade de a justiça fazer a diferença, tudo isto alimenta a ideia de que o que eles, os políticos, querem é tacho”, insiste Miguel do Carmo. “O populismo aparece como forma demagógica de soluções salvíficas, a salvação tem um lado sedutor, um inimigo comum alimentado pelo descontentamento”, destaca o psicólogo Telmo Mourinho Baptista: “Há também os que desligam, uma reacção perigosa que favorece o poder dos pequenos grupos, e a ideia de que tudo é igual, o que manifestamente não é verdade.”

O capelão Fernando Sampaio lança um alerta: “Esta é uma sociedade desarmada perante a insinuação de um poder autoritário. Quanto

mais desfeita a cultura comunitária ou familiar e mais isoladas estão as pessoas, mais fácil é a sua manipulação.” O sacerdote refere-se a uma sociedade do pessimismo ou do pós-optimismo: “Os fundamentalismos reforçaram-se, há uma standardização por baixo, uma mediocridade crescente nos meios de comunicação.”

O papel dos *media* está em causa. “A comunicação social em geral esqueceu a contextualização, os problemas de recursos humanos e a preocupação crescente sobre tiragens e audiências estão na origem da busca do mais simples e do mais barato, o que leva à superficialidade”, reconhece Alberto Arons de Carvalho. O professor de Comunicação Social da Universidade Nova e vice-presidente do Conselho Regulador da ERC [Entidade Reguladora para a Comunicação Social] comparte as críticas: “O que é insólito, inesperado e bombástico é notícia, e as pessoas menos preparadas tomam a parte pelo todo.”

O presidente da Cáritas traça outro elo de ligação. “As medidas que agravaram as condições de vida levaram à insegurança e ao medo em relação ao futuro. É esta escuridão que provoca a incerteza e a desconfiança nos políticos”, enuncia Eugénio Fonseca.

Na Margem Sul, a semanas do nascimento de Duarte, Liliána Pereira, a quem a maternidade roubou o emprego, é parca em análises. Aos 28 anos, descreve Portugal com uma síntese terrível: “Não vejo com bons olhos este país.” Porque, explica, “sinto que não há justiça”. Ela e o marido não acreditam nos políticos. Soam-lhes a falso. As suas disputas não os motivam porque não acreditam na sua autenticidade: “Sabe, é como o *wrestling*, aquelas lutas combinadas que passam na televisão.”

CASO BES

“TODA A RETÓRICA DO EMPREENDEDORISMO CAIU POR TERRA”

O sistema financeiro, um território tradicionalmente seguro no imaginário português, conheceu a crise nos últimos anos. BPP, BPN e Banif passaram a siglas de diversos e variados sobresaltos. Agora, a situação do BES, entidade ancorada numa história de 150 anos, um banco com o rosto e apelido de uma família, que por si só era vector de identificação e segurança, deu o mais recente abanão num sector que, afinal, não está imune à volatilidade das crises. Da reverência ao dinheiro passou-se ao medo pelo futuro dos depósitos. Uma nova intranquilidade.

“O caso BES reforçou a situação de incerteza”, constata Renato Miguel do Carmo. O sociólogo explica: “A ideia de que tudo é possível gera uma enorme desconfiança em relação aos que nos governam.” E a gestão do nosso dinheiro não cabe, exclusivamente, às políticas de rendimentos ou fiscais do executivo. Passa pelos bancos.

Não é história recente. “Portugal é um dos países com níveis mais baixos de confiança na Europa a nível interpessoal, nas

instituições e nos agentes políticos”, relata o investigador do ISCTE. Este fenómeno é mensurável: “Nos últimos anos, a confiança tem estado a diminuir, está agora ao nível dois numa escala de um a dez.”

Os últimos episódios em relação ao antigo banco, cuja substituição de nome e símbolo é um factor de instabilidade face à tradição, reforçam esta tendência. “É um sintoma terrível, equivale a um futuro que se fecha, o que generaliza a desconfiança”, destaca Miguel do Carmo: “Também

“**Toda a gente diz que a solução para o BES é má, mas que não havia outra. Vive-se uma espécie de ditadura do que tem de ser**”
José Pacheco Pereira, historiador

há uma relação entre os níveis de desconfiança e a sociedade, a mobilidade social é mais cristalizada, o que está a ser aprofundado.”

O bastonário da Ordem dos Psicólogos corrobora. “Quando temos este fenómeno de bancos poucos claros, a situação reflecte-se na segurança, que é um elemento central”, explica Telmo Mourinho Baptista. Diferente é a percepção de Francisco Garcia dos Santos. “As pessoas procuram a segurança, a insegurança é um factor de stress, mas o futuro, pela sua definição, não tem certezas, é a insegurança”, contrapõe o presidente da Associação Portuguesa de Corretores e economista

comportamental: “A única certeza que temos é a morte.”

É algo tão definitivo como tabu, reconhece o capelão do Hospital de Santa Maria. O investimento é menos transcendente e menos decisivo. “As actividades económicas têm necessariamente uma grande incerteza, a diferença entre a certeza e o risco é que este é a incerteza percebida como gerível”, analisa Garcia dos Santos: “A segurança dos depósitos é socialmente percebida como se tivéssemos o dinheiro debaixo do colchão, quando a actividade bancária é o risco, vive-se numa instabilidade permanente.”

Assim sendo, o que leva accionistas e depositantes à confiança? “Presume-se que os capitais próprios são suficientes para acomodar as perdas. Quando tal não acontece, há um problema”, reconhece o economista. Para além desta equação, há uma tradição. “Os discursos da segurança do Governo, do regulador e das entidades financeiras, são só para não causar pânico, não têm tradução prática com a realidade”, afirma.

“Esta é a contradição do financiamento do sistema económico no qual a Europa é mais vulnerável porque tem mais intermediação bancária que os Estados Unidos, onde funciona melhor o mercado de capitais e os investidores sabem que podem perder”, concluiu o presidente da Associação Portuguesa de Corretores.

“Houve melhorias na capacidade regulatória através da União Europeia, mas o caso BES revela que estamos num neoliberalismo que protege o privado mas não o regula, é um neoliberalismo de Estado, de um Estado capturado pelos interesses de uma rede anónima e fática de poder”, adverte o sociólogo António Casimiro Ferreira: “O caso BES tem um tremendo poder denunciante desta realidade.”

Há outra dimensão. “É preciso que os de cima dêem exemplo. Vivendo numa guerra social e moral, sem um quadro de referências, as pessoas percebem que os que mandam não têm legitimidade para mandar”, considera José Pacheco Pereira. “Toda a gente diz que a solução para o BES é má, mas que não havia outra. Vive-se uma espécie de ditadura do que tem de ser, o que é muito complicado para haver opções políticas, é aí que nasce o consenso e a destruição da crítica”, refere o historiador.

Existe outra consequência. “A austeridade é posta em causa, afinal o problema era a dívida financeira e os bancos, o caso BES pode destruir de uma vez por todas a narrativa dos que viveram acima das suas possibilidades”, afirma Renato Miguel do Carmo: “Com o cenário de incerteza, toda a retórica à volta do empreendedorismo caiu por terra.” Afinal, o risco depende de factores alheios às nossas possibilidades – ao contrário do que nos disseram. *Nuno Ribeiro*